

# Avaliação de percepção ambiental, comportamentos pró-ecológicos e qualidade de vida de moradores da Praia do Perequê

*Environmental perception, pro-environmental behaviours and quality of life of residents of Perequê Beach*

Nancy Ramacciotti de Oliveira-Monteiro <sup>1</sup>

Ana Júlia Pereira Costa <sup>2</sup>

Fernanda Ribeiro de Araújo <sup>3</sup>

Ítalo Braga de Castro <sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutorado em Psicologia Social, Professora Associada, Instituto do Mar, Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP, Brasil  
E-mail: nancy.unifesp@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Ciência e Tecnologia do Mar, Estudante, Instituto do Mar, Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP, Brasil  
E-mail: costa.julia@unifesp.br

<sup>3</sup> Doutorado em Ciências da Saúde, Pós-doutoranda, Instituto do Mar, Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP, Brasil  
E-mail: fr.araujo@unifesp.br

<sup>4</sup> Doutorado em Oceanografia, Professor, Instituto do Mar, Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP, Brasil  
E-mail: ibcastro@unifesp.br

doi:10.18472/SustDeb.v15n1.2024.52328

Received: 20/01/2024  
Accepted: 11/04/2024

ARTICLE-VARIA

## RESUMO

A Praia do Perequê fica situada na cidade de Guarujá (SP) e apresenta uma situação de graves impactos socioambientais ligados diretamente às atividades de turismo e navegação. O objetivo da pesquisa foi avaliar percepção ambiental, comportamentos pró-ecológicos e qualidade de vida da comunidade de caiçaras daquela região. Moradores adultos e idosos da Praia do Perequê responderam ao Questionário de Percepção Ambiental – Praia; Escala de Comportamento Ecológico, WHOQOL-bref e Critério de Classificação Econômica Brasil, em locais públicos. Resultados indicaram elementos de percepção ambiental positiva interagindo com percepção das dificuldades (em transporte e atendimento em saúde pública), comportamentos dos moradores em relação ao descarte de lixo e problemas no domínio ambiental da qualidade de vida. Essa iniciativa permitirá a orientação de ações a serem empreendidas pela gestão municipal de Guarujá.

**Palavras-chave:** Percepção ambiental. Comportamentos pró-ecológicos. Qualidade de vida. Caiçara. Baixada Santista.

## ABSTRACT

*Praia do Perequê is located in the city of Guarujá (SP) and presents a situation of severe socio-environmental impacts directly linked to tourism and navigation activities. This research aimed to assess environmental perception, pro-environmental behaviours and quality of life of the caiçara community living in this region. Adult and elderly residents of Perequê Beach responded to the Environmental Perception Questionnaire – Beach; Ecological Behaviour Scale, WHOQOL-bref and Brazil Economic Classification Criteria in public places. Results indicated elements of positive environmental perception interacting with socioeconomic difficulties perception (in transportation and public health care), waste disposal behaviours carried out by residents and problems in the environmental domain of quality of life. This initiative will guide the actions to be undertaken by the municipal management of Guarujá.*

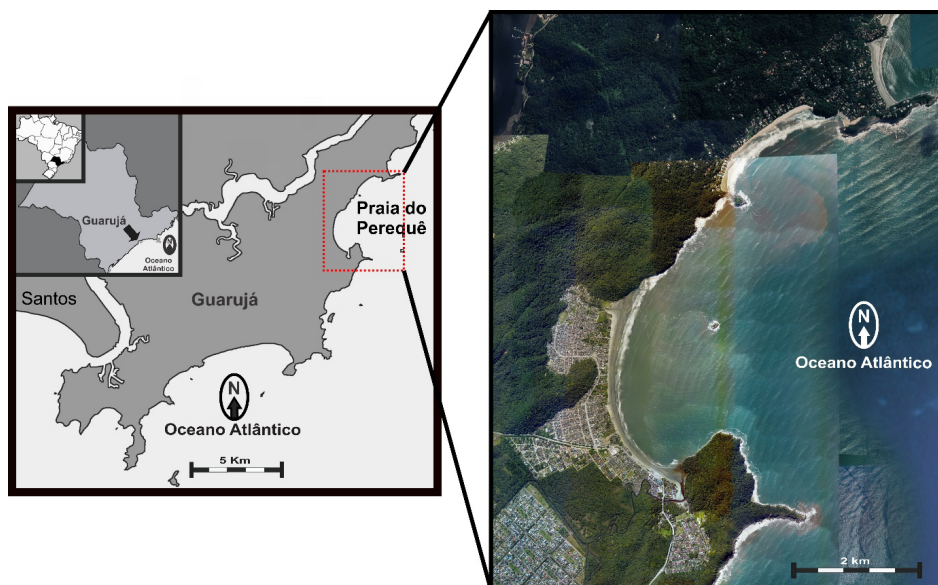
**Keywords:** Environmental perception. Pro-environmental behaviours. Quality of life. Caiçara. Baixada Santista.

## 1 INTRODUÇÃO

As zonas costeiras são regiões que concentram boa parte da população do mundo que faz uso de inúmeros serviços ecossistêmicos, como a pesca. Essa concentração populacional, próxima ao mar, causa danos aos ecossistemas marinhos, podendo fazer surgir conflitos socioambientais ligados à perda desses serviços ecossistêmicos essenciais. Nesse aspecto, cabe ao poder público, em suas diferentes esferas, e como preconizado pela Política Nacional de Meio Ambiente (Brasil, 1981), implementar estratégias de avaliação, monitoramento e remediação de zonas impactadas visando mediar conflitos e garantir a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, objetivando também assegurar, no país, condições para o desenvolvimento socioeconômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

Os impactos socioambientais que podem ocorrer referem-se aos efeitos que as atividades humanas têm sobre o ambiente natural e sobre as comunidades humanas. Esse termo é usado para descrever tanto os impactos positivos quanto os negativos que resultam das ações das pessoas, organizações ou projetos em relação ao meio ambiente e à sociedade. Os impactos socioambientais podem incluir mudanças nos ecossistemas, perda de biodiversidade, poluição do ar, água e solo, bem como impactos sociais, como deslocamento de comunidades, desigualdades sociais, perda de empregos, entre outros (International Association for Impact Assessment, 1994).

Nesse contexto, a Praia do Perequê, situada a leste da cidade de Guarujá, no estado de São Paulo (Figura 1), apresenta uma situação de graves impactos socioambientais ligados diretamente às atividades de turismo e navegação (Castro; Perina; Fillmann, 2012; Castro; Westphal; Fillmann, 2011). Tal situação pode ser mediada por meio de intervenções do poder público que, por sua vez, necessita de avaliações precisas que orientem as ações a serem empreendidas.



**Figura 1** – Localização da Praia do Perequê (Guarujá/SP)

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de imagens do Google Earth.

Considerando esse cenário, o presente artigo visa avaliar dimensões psicossociais da comunidade local em termos de percepção ambiental, comportamentos pró-ecológicos e qualidade de vida.

## 1.1 SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Segundo o programa Homem e Biosfera – MAB (*Man and Biosphere*), criado em 1971 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 1971), a percepção ambiental é entendida como uma tomada de consciência e a compreensão pelo ser humano do ambiente no sentido mais amplo, envolvendo mais do que uma percepção sensorial individual, como a visão ou a audição (Whyte, 1978). Num enquadre mais alinhado com posições de movimentos ecológico-ambientais, a percepção ambiental é também considerada uma tomada de consciência das problemáticas ligadas ao ambiente, interagindo com aspectos culturais de cada indivíduo (Dorigo; Lamano-Ferreira, 2015). Das interações com diferentes sistemas ambientais, dos mais próximos (como os familiares e escolares) aos mais distantes (por exemplo, os culturais e ideológicos), emergem essas percepções (Bronfenbrenner, 2011; Pereira; Reis, 2016).

Assim, a percepção é tanto uma resposta dos diferentes sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar) a estímulos externos, singulares no ambiente ou espargidos na cultura, como também uma atividade seletiva, através da qual alguns fenômenos são registrados, e outros não (Tuan, 2012). Essa última característica é decorrente da interação da percepção com elementos associados às motivações presentes nos valores humanos.

Desde os anos de 1960, estudos sobre percepção apareceram na área ambiental, particularmente em pesquisas humanistas ligadas ao urbanismo e à geografia humana (Rodrigues *et al.*, 2012). Especialmente a partir da década de 1970, com a eclosão dos movimentos ecológicos, ampliaram-se estudos sobre o tema na área da Psicologia Ambiental. Desde então, encontram-se diferentes definições de percepção ambiental, dependendo do fundamento conceitual de que ela parte – por isso, sua avaliação é desafiadora. A avaliação da percepção ambiental é frequentemente feita por meio de entrevistas, ou questionários com perguntas fechadas e/ou abertas, e são diversos os autores que criam seus próprios questionários com o intuito de avaliação da percepção ambiental.

Segundo Oliveira-Monteiro e Silva (2018), com base em Lucena e Freire (2014), a percepção ambiental engloba os domínios de: percepção (elementos informativos e sensoriais; relacionamento e conhecimento acerca do ambiente), atitudes (experiências, opiniões e ações em relação à conservação do ambiente) e valores (valores afetivos e de lazer atribuídos ao ambiente). Os elementos informativos e sensoriais da percepção ambiental referem-se aos conhecimentos que as pessoas têm dos diferentes aspectos do ambiente. O ambiente é aqui entendido como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que operam na Terra e que influencia e determina a vida humana. Assim é, conforme definido, em 1972, pela Organização das Nações Unidas (ONU), e confirmado pela Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, a primeira declaração internacional sobre o meio ambiente (Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 1972).

Já os elementos atitudinais em relação ao meio ambiente associam-se à sua visão de mundo e ao estilo de vida que a pessoa e/ou seu grupo social possuem. Essas atitudes podem ser baseadas em valores positivos, aqueles que são permeados por uma identificação emocional com o ambiente. Nesse sentido, vale lembrar o conceito de “topofilia”, constructo que se refere ao elo afetivo entre a sociedade e o meio ambiente. Esse laço é enriquecido por conhecimentos da história local, com uma relação mais direta com os componentes do ambiente, e com a percepção da beleza e da importância do lugar (Tuan, 2012). Por sua vez, os elementos valorativos da percepção ambiental referem-se a ideais e princípios que cada indivíduo apresenta em relação ao ambiente (Pato, 2011). Os valores ambientais visam ao equilíbrio e à sustentabilidade das relações entre os ecossistemas ou ambientes e estão diretamente relacionados a crenças, atitudes e comportamentos ecologicamente responsáveis, condutas que expandem a capacidade de utilização dos recursos naturais disponíveis no planeta Terra, com menor nível de impacto ao meio ambiente (Pato; Campos, 2011).

## 1.2 SOBRE COMPORTAMENTOS PRÓ-ECOLÓGICOS

Denominados de diversas maneiras, como comportamentos pró-ecológicos, condutas pró-ambientais, ou mesmo comportamentos ecológicos ou ambientais, essa classe de condutas vem sendo estudada de forma associada aos movimentos ambientalistas, e muitas vezes relacionada a valores morais, crenças pessoais, normas sociais e à ética (Becker; Félonneau, 2011; Corral-Verdugo; Pinheiro, 1999; Pinheiro *et al.*, 2014). Essas diferentes nomeações tendem a aceitar que os aspectos relacionados às condutas pró-ambientais evidenciam motivações que levam o indivíduo a agir em defesa do meio ambiente ou de maneira não prejudicial a ele, e também que a preocupação ambiental pode ser considerada um fator determinante, embora indireto, desses comportamentos ambientais (Pereira; Pato, 2015).

Em Pato e Tamayo (2006), a denominação “comportamentos ecológicos” refere-se a condutas em favor do meio ambiente que refletem a utilização dos recursos de maneira sustentável, sendo parte do repertório comportamental das pessoas, de forma intencional, ou mesmo não consciente, ações que podem ser aprendidas e internalizadas. Subjacentes a esses comportamentos ecológicos, também nomeados pelos autores como comportamentos pró-ecológicos, pode-se considerar a ética, os valores e as motivações que se afirmam, em seu conjunto, pelo agir em defesa do ambiente, baseados em princípios de sustentabilidade e no reconhecimento entre relações humanas e a sustentabilidade ambiental. Essa vinculação com valores mostra uma faceta complexa dos comportamentos ecológicos, já que a formação de valores não depende somente de ações pedagógicas, como as de educação ambiental, por exemplo, mas está também ligada a outros contextos socioambientais que interagem com os indivíduos, como o familiar, o religioso e o político.

## 1.3 SOBRE QUALIDADE DE VIDA

Em 1995, a Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do projeto *The WHOQOL Group*, preconizou o primeiro conceito padronizado de Qualidade de Vida, definindo-a como a percepção do indivíduo de

sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (Whoqol Group, 1995). Dessa forma, a qualidade de vida foi definida como um conceito multidimensional, conferindo-lhe diferentes elementos das condições de vida das pessoas.

Embora sejam diversas as vertentes explicativas para Qualidade de Vida, com essa definição da OMS ela passou a ser entendida de forma abrangente, na interação com diferentes sistemas, sejam eles individuais, socioculturais e históricos. O estudo da Qualidade de Vida é internacional e envolve grande variedade de grupos-alvo, usando diferentes métodos de pesquisa e muitos tipos de medidas para sua avaliação (Haraldstad *et al.*, 2019).

O *Whoqol Group* da OMS criou instrumentos para avaliação da qualidade de vida, subdividindo-a em quatro domínios: 1) físico (relacionado a conforto e desconforto, e dor), 2) psicológico (sentimentos positivos e negativos, imagem corporal e aparência, autoestima, memória, concentração e capacidade de aprender e pensar), 3) relações sociais (relações pessoais, apoio social e atividade sexual), e 4) meio ambiente (segurança, ambiente no lar, recursos financeiros, cuidados com saúde e sociais, oportunidade e habilidade de adquirir informações, lazer, poluição, ruído, trânsito, clima e transporte).

A Constituição Federal do Brasil (CF), de 1988, menciona a Qualidade de Vida em seu artigo 225, relacionando-a com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Brasil, 1988). Porém, ao longo da CF, irradiam disposições que asseguram o direito à Qualidade de Vida. Nesse enquadramento, ela está associada não só aos direitos e garantias fundamentais, como também à ordem econômica e ao já mencionado direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

## 2 MÉTODO

Pesquisa quantitativa transversal que visa descrever como se manifestam determinados comportamentos e percepções, sem intervenção direta do pesquisador no ambiente (Field; Miles; Field, 2012).

### 2.1 PARTICIPANTES

Foram avaliados moradores (adultos e idosos) residentes no bairro Perequê há pelo menos um ano. Buscou-se tendência de homogeneidade na composição da amostra quanto a: sexo (homem e mulher) e faixas de idade (adulto jovem, meia idade e idoso). A amostra foi constituída por critérios de conveniência e acessibilidade dos pesquisadores – o que quer dizer que foram convidadas as pessoas que transitavam nos locais de coleta (Hulley *et al.*, 2014).

### 2.2 INSTRUMENTOS

Dados de característica da amostra, como sexo e idade do participante, foram coletados. Além desses, foram utilizados os instrumentos (questionários) elencados a seguir.

#### 2.2.1 QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL – PRAIA (QPAP)

A avaliação de percepção ambiental foi levantada através do QPAP, adaptação do instrumento utilizado por Oliveira-Monteiro e Silva (2018), utilizado em pesquisas realizadas no LADH/Unifesp. O questionário original foi construído para pesquisa realizada em ambiente de manguezal e aqui adaptado para o ambiente costeiro (onde estava escrito “mangue” foi substituído por “praia”). O QPAP contém 11 perguntas fechadas voltadas a três domínios: 1) perceptivo (de informação/conhecimentos sobre o

ambiente e sensorial/relação com o ambiente); 2) de valores (valores afetivos e de lazer atribuídos ao ambiente) e 3) de atitudes (experiências, opiniões e ações em relação à conservação do ambiente). Na percepção ambiental, esses domínios articulam-se e integram-se. Dessa maneira, por exemplo, os valores são construídos a partir das informações e da percepção sensorial, podendo a presença de valores conduzir a atitudes positivas ou negativas a respeito do meio ambiente.

Esse instrumento também abarca três questões abertas que dizem respeito a: descrição pessoal da paisagem do local, principal problema de morar no bairro e o que seria “o melhor” daquele bairro.

### 2.2.2 ESCALA DE COMPORTAMENTO ECOLÓGICO (ECE)

Para verificação de comportamentos pró-ecológicos, foi utilizada a Escala de Comportamento Ecológico (ECE), desenvolvida e validada no Brasil por Pato e Tamayo (2006), um instrumento que contém 27 questões relacionadas a ações individuais em favor do meio ambiente. Em uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos, o respondente assinala o grau de concordância com as sentenças apresentadas.

### 2.2.3 WHOQOL-BREF

A avaliação da qualidade de vida dos participantes foi feita a partir do WHOQOL-bref (Fleck *et al.*, 2005). O Whoqol-bref é uma versão abreviada do Whoqol-100 para avaliação de qualidade de vida desenvolvida pelo Grupo de Qualidade de Vida da Divisão de Saúde Mental da OMS e traduzida no Brasil pelo Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com as 26 questões que obtiveram os melhores desempenhos psicométricos extraídas do Whoqol-100.

Como citado anteriormente, os domínios avaliados são: 1) físico (dor e desconforto), 2) psicológico (sentimentos positivos e negativos, imagem corporal e aparência, autoestima, memória, concentração e capacidade de aprender e pensar), 3) relações sociais (relações pessoais, apoio social e atividade sexual) e 4) meio ambiente (segurança, ambiente no lar, recursos financeiros, cuidados com saúde e sociais, oportunidade e habilidade de adquirir informações, lazer, poluição, ruído, trânsito, clima e transporte).

### 2.2.4 CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA BRASIL (CCEB)

Para caracterização econômica da amostra, foi utilizado o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) (2022). O instrumento compreende itens de conforto da família, acesso a saneamento básico, pavimentação da rua e a escolaridade do chefe da família (compreendido como quem contribui com a maior parte da renda familiar).

## 2.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DE PESQUISA COM SERES HUMANOS

A pesquisa realizada foi submetida, através da Plataforma Brasil, à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unifesp, tendo recebido Parecer de Aprovação Nº 5.090.212. Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado aos participantes para concordância e assinatura. Cópias assinadas desses TCLE encontram-se arquivadas no LADH/Unifesp.

## 2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Após uma visita ao campo para primeira exploração do ambiente, as coletas de dados foram realizadas de forma presencial, com inserção ecológica (Prati *et al.*, 2008) dos pesquisadores, em locais públicos, em comércios, na faixa de praia, em uma Unidade de Saúde da Família, e em uma residência do bairro. Para tanto, lideranças locais e a coordenação do equipamento de saúde realizaram intermediações prévias.

A despeito dessas colaborações e do cumprimento de procedimentos éticos, explicando os objetivos da investigação e apresentação do TCLE assinado pela pesquisadora responsável, ocorreram várias recusas por parte dos convidados para participar da pesquisa. Algumas manifestações de recusa foram relacionadas a problemas com levantamentos (pesquisas) anteriores que, segundo mencionado, acabaram por trazer prejuízos aos pescadores. Em outros casos, outros participantes pareceram indicar medo de golpes e temor de quebra de sigilo. Nesse aspecto, a coincidência da coleta de dados com o período pré-eleitoral de 2022 e com a realização do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode ter motivado uma menor disposição e disponibilidade dos convidados à participação.

Após convites e aceites, de acordo com os procedimentos éticos, foi apresentado o TCLE com as informações sobre a pesquisa para as devidas explicações e assinaturas. A coleta de dados com esses participantes aconteceu em 10 visitas ao bairro (datas: 30/06/2022, 20/07/2022, 03/08/2022, 16/09/2022, 21/09/2022, 01/12/2023, 29/03/2023, 25/04/2023, 26/04/2023 e 27/04/2023). A equipe de coleta de dados foi devidamente identificada como membros da universidade, com crachá e jaleco. Em alguns momentos da coleta, os pesquisadores utilizaram máscaras faciais, em conformidade às diretrizes para trabalhos de campo da universidade, bem como as medidas estaduais para contenção da pandemia da Covid-19.

## 2.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

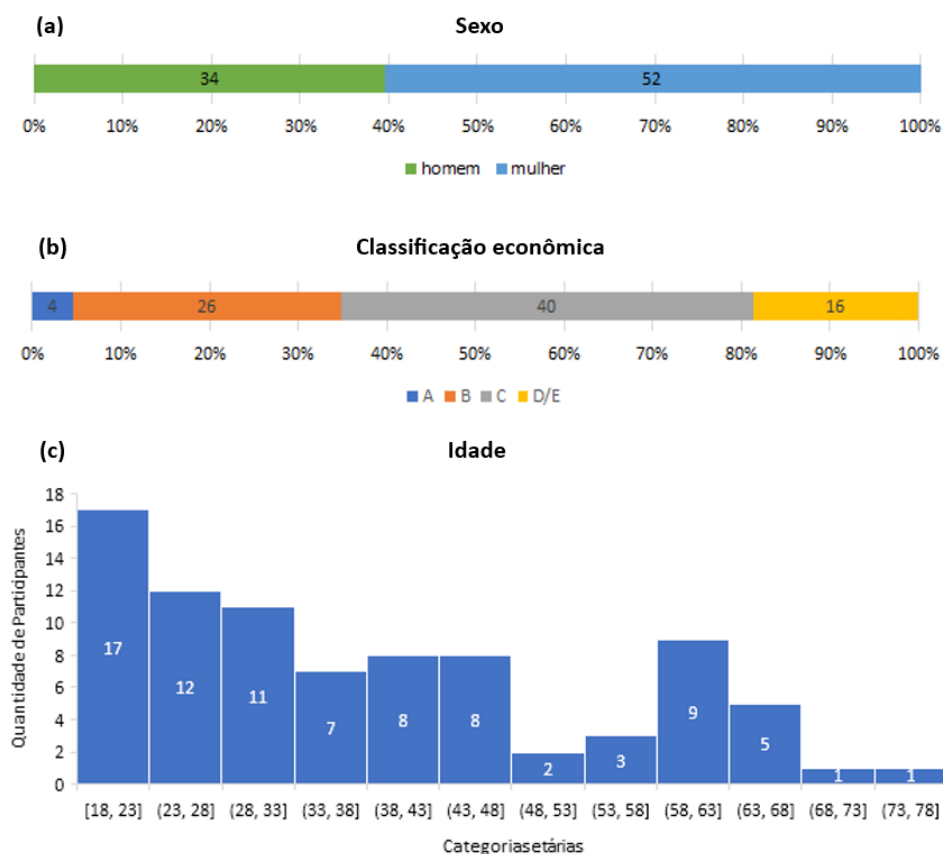
Os dados do QPAP (Percepção Ambiental) foram analisados pelas frequências das respostas às 11 questões fechadas. O modelo de Análise de Conteúdo (Bardin, 2010) foi utilizado para análise das respostas às questões abertas, com leitura e organização dos aspectos importantes do texto comunicado pelos entrevistados, seleção das unidades de análise e classificação dos dados em categorias.

Os resultados da ECE (Comportamentos Pró-Ecológicos) foram tabulados segundo normas do instrumento. Os resultados do WHOQOL-bref (Qualidade de Vida) foram calculados segundo normas do próprio instrumento (Fleck *et al.*, 2005), considerados nos domínios físico, psicológico, social e ambiental. Os escores do CCEB foram calculados segundo normas da Abep (2022) e considerados nas subclasses econômicas A, B, C e D/E.

Os dados numéricos apresentados neste relatório foram analisados por estatística descritiva (médias, desvio-padrão e frequências). Foram utilizados os programas Jasp (0.14.1) e Excel (2016).

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da investigação 86 adultos, dos quais 52 (60,46%) mulheres e 34 homens (Figura 2a). Quanto à classificação econômica, a maior parte da amostra (46,51%) pertencia à classe C, 26% à classe B e 16% à classe D (Figura 2b). As idades dos participantes variaram de 18 a 75 anos (média = 38,9 anos; DP = 5,4 anos), com predominância de pessoas mais jovens, abaixo dos 33 anos (Figura 2c). A maioria desses participantes morava no bairro do Perequê desde o ano 2000, sugerindo boa familiaridade com a região e sentimento de pertencimento ao território.



**Figura 2** – Caracterização da amostra de participantes segundo sexo (a), classificação econômica (b) e distribuição etária (c)

Fonte: Elaborada pelos autores

### 3.1 RESULTADOS DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

De acordo com o potencial do instrumento utilizado, os resultados do QPAP estão apresentados para os seguintes domínios da percepção ambiental: 1) percepção (relacionamento e conhecimento acerca do ambiente, abarcando elementos informativos e sensoriais), 2) atitudes (experiências e opiniões em relação à conservação do ambiente), e 3) valores (valores afetivos e de lazer atribuídos ao ambiente). As respostas da amostra acerca de cada agrupamento das perguntas do instrumento, pelos seus três domínios, permitiram elucidar significados a partir dos quais os participantes basearam suas opiniões.

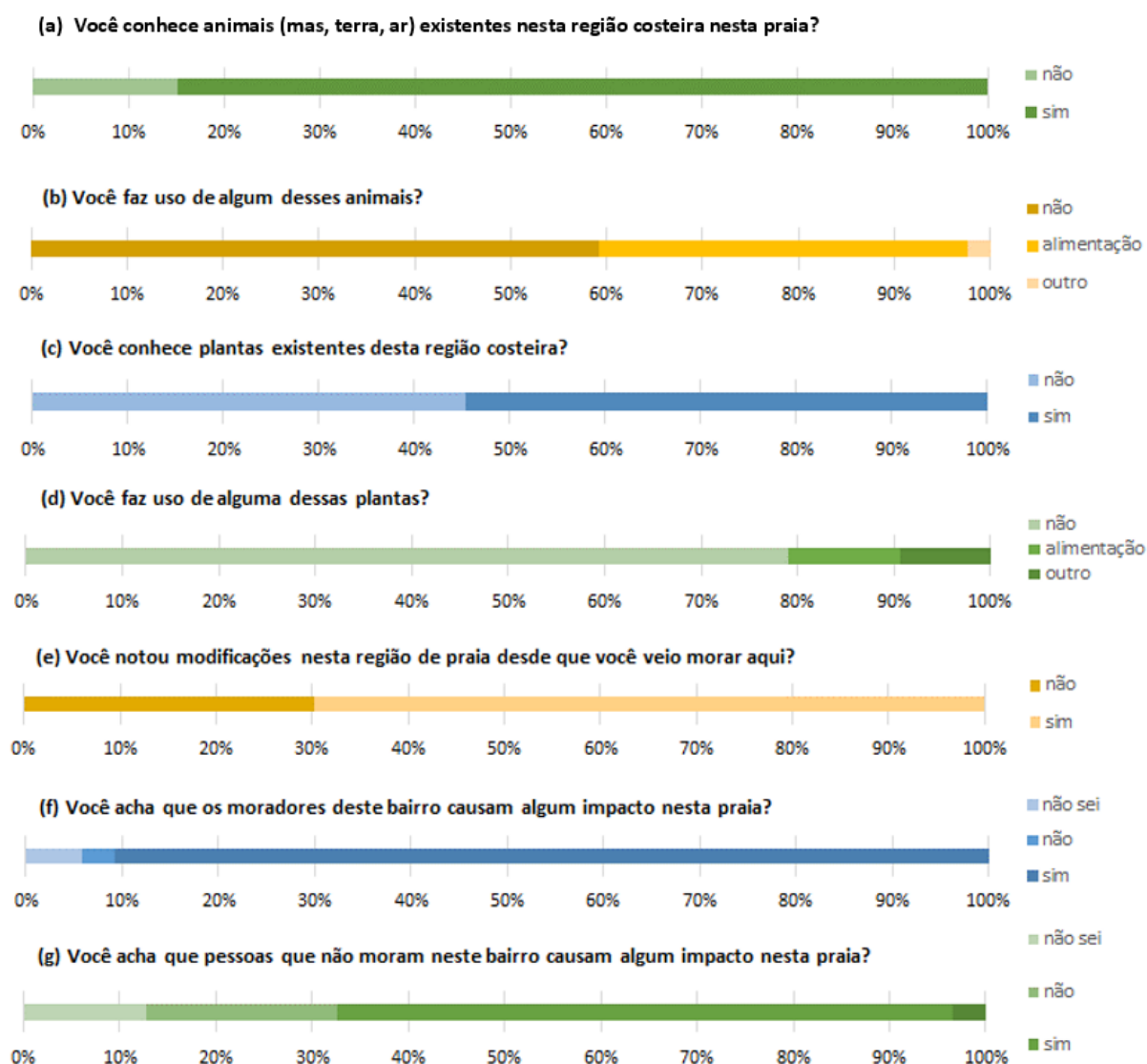
#### 3.1.1 DOMÍNIO DE PERCEPÇÃO

Elementos informativos (Figura 3) da percepção ambiental estiveram presentes na maior parte da amostra (84,88%) indicando referências de conhecimento de animais da região costeira ao lado de citações a animais domésticos (cães e gatos). Nesse sentido, no presente estudo, foram mencionadas espécies de animais marinhos, como peixes (peixe-bagre, tainha, tubarão e robalo), crustáceos (caranguejo, siri, camarão e guaíamum) e mamíferos (baleia e golfinho).

O estudo conduzido por Oliveira-Monteiro e Silva (2018), avaliando percepções de moradores da Baixada Santista vivendo em ocupações irregulares nas proximidades de um manguezal, obteve resultados semelhantes (80%). Adicionalmente, outras espécies de mamíferos (tais como, capivara, saruê, esquilo, raposa, onça, tatu entre outras) foram mencionadas como conhecidas pelos participantes. Em sua maioria, as pessoas que participaram da pesquisa apresentaram amplo reconhecimento acerca de

animais da região (Figura 3a). Esse universo de referências a animais forneceu indícios de interação próxima com a fauna daquela praia e da região da Mata Atlântica presente no bairro. Não houve expressiva frequência (38,37%) da referência de utilização de peixes para a alimentação (Figura 3b).

Por outro lado, como indicado nas Figuras 3c e 3d, os resultados sobre o conhecimento de plantas indicaram uma menor identificação com a flora (45,34% negaram conhecimento sobre plantas, enquanto 54,65% afirmaram conhecê-las, citando principalmente embaúba, bromélia, orquídea, coqueiro, chapéu-de-sol, boldo, manacá-da-serra e samambaia). Essa observação pode estar associada a uma maior familiaridade dos moradores com animais marinhos, uma vez que a pesca é uma atividade de subsistência muito relevante naquele bairro. Como em Diegues (2019), esses saberes específicos estavam ligados a um conhecimento e a saberes tradicionais de campos particulares: informações de moradores de regiões costeiras sobre fauna marinha.



**Figura 3 – Percentual de respostas ao questionário de Percepção Ambiental – Praia dentro do domínio percepção**

Fonte: Elaborada pelos autores

Os elementos sensoriais da percepção ambiental foram relacionados a possíveis modificações ocorridas na região costeira durante o período em que residiram no bairro, sendo que 20,93% da amostra afirmou

lá residir no período de 2000 a 2004 e 19,77% desde antes dos anos 1990. A maioria dos participantes (69,77%) afirmou que houve modificações desde que começaram a residir no bairro (Figura 3e). Ao lado de modificações positivas, com destaque para a melhoria na iluminação, na pavimentação e aumento do comércio, foram referidas alterações negativas, principalmente o aumento da poluição e a invasão de áreas preservadas. Além disso, a maioria dos participantes considerou que tanto moradores quanto não moradores traziam impactos para a praia, sendo os impactos negativos sempre associados ao descarte inadequado de lixo. As referências aos impactos causados por não moradores foram menos recorrentes (63,95%; Figura 3f) do que aqueles referentes aos moradores do bairro (90,69%; Figura 3g).

Dessa forma, ao contrário dos resultados obtidos pelo citado estudo de Oliveira-Monteiro e Silva (2018), que usou o mesmo instrumento na pesquisa com moradores de regiões de manguezais, os participantes da presente pesquisa majoritariamente se incluíram na condição de causadores de impactos ambientais no bairro. Nesse aspecto, além de referências à poluição, a construção de moradias irregulares no bairro foi também apontada como geradora de impactos pelos residentes. Ainda, sete participantes (8,14%) afirmaram que os impactos causados pelos moradores estavam relacionados à falta de conscientização acerca da importância da preservação ambiental. Mais além, a falta de saneamento e o despejo de lixo e esgoto no Rio do Peixe, que passa pelo bairro e deságua no mar, foram citados 11 vezes pelos participantes (12,79%).

Os principais problemas de residir no bairro, segundo a manifestação dos participantes, eram a distância do centro da cidade de Guarujá (provavelmente sugerindo problemas de transporte), a falta de saneamento básico e de infraestrutura, pouca segurança, e carência e/ou ausência de médicos na Unidade de Saúde da Família do bairro. Quando questionados sobre os melhores atributos do bairro, as respostas mais comuns foram associadas a características de ambientes restauradores (Gressler; Günther, 2013), especialmente os próximos às praias e costas marítimas (Danovaro *et al.*, 2021), com referências à natureza, tranquilidade, sossego, praia, paz e segurança. Em contraste com queixas relativas à segurança, nove moradores afirmaram que não havia violência e roubos no bairro. Alguns poucos investigados sugeriram que traficantes locais davam segurança aos moradores do bairro, com indicativos de ações paralelas ao poder público.

### 3.1.2 DOMÍNIO DE ATITUDES

Lembrando que atitudes ambientais são tidas como preditoras de comportamentos pró-ambientais (Shafiei; Maleksaeidi, 2020), os resultados pertinentes ao campo atitudinal (Figura 4), um dos domínios avaliados na percepção ambiental dos investigados, indicaram maior frequência (90,86%) de manifestações confirmatórias de atitudes associadas a interesse em cuidar da região.



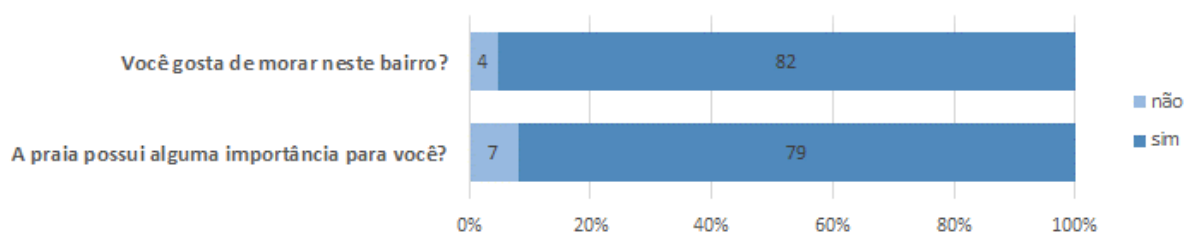
**Figura 4** – Percentual de respostas ao questionário de Percepção Ambiental –  
Praia dentro do domínio de atitudes

Fonte: Elaborada pelos autores

Frequentemente, foram percebidas características de forte sentimento de territorialidade, provavelmente associadas à identificação com o bairro e tempo de moradia naquele local. As manifestações confirmatórias de desejo de preservação da região – com citações explícitas referentes à necessidade de cuidado para as gerações futuras – podem ser efeito de disseminação de informações sobre problemas à sustentabilidade, provavelmente veiculadas pela mídia. Aspectos de valoração positiva do ambiente estiveram presentes na maioria da amostra (91,86%), assim como a afirmação de gostar de morar no bairro. Tal valoração positiva, bem como uma identificação afetiva com o território, foi expressivamente colocada em qualificações indicativas de conexão com a natureza (Mackay; Schmitt, 2019), com uso de expressões como: um local maravilhoso, leve, magnífico, calmo, esplêndido e único – também características de ambientes restauradores próximos ao mar (Danovaro *et al.*, 2021). Entretanto, embora não muito frequente, alguns poucos moradores definiram o território como sujo, pouco agradável e poluído, citando o esgoto que deságua na praia e invasões, mas essas referências negativas nunca foram associadas diretamente à natureza daquele ambiente, sugerindo ações antrópicas.

### 3.1.3 DOMÍNIO DE VALORES

No domínio de valores, quando questionados sobre a importância da região de praia para eles, a maioria dos investigados manifestou-se positivamente (Figura 5). Nesse caso, foram novamente explicitadas razões ligadas a territorialidade, ao lazer que a praia proporcionava, oportunidades de trabalho com a pesca, manutenção da beleza do ambiente, além de valores de natureza sentimental.



**Figura 5** – Percentual de respostas ao questionário de Percepção Ambiental – Praia dentro do domínio de valores

Fonte: Elaborada pelos autores

Quando questionados se gostavam de residir no bairro, a maioria também afirmou que sim (Figura 5), indicando a tranquilidade, natureza e a identificação com o local. Os participantes descreveram a praia como magnífica, bonita, perfeita, calma, maravilhosa, entre outros adjetivos positivos. Como já citado, e atingindo o campo de valores, apareceram as descrições negativas daquele ambiente como região poluída, suja, fraca, pouco agradável, sugerindo valorações negativas associadas à ação humana no território.

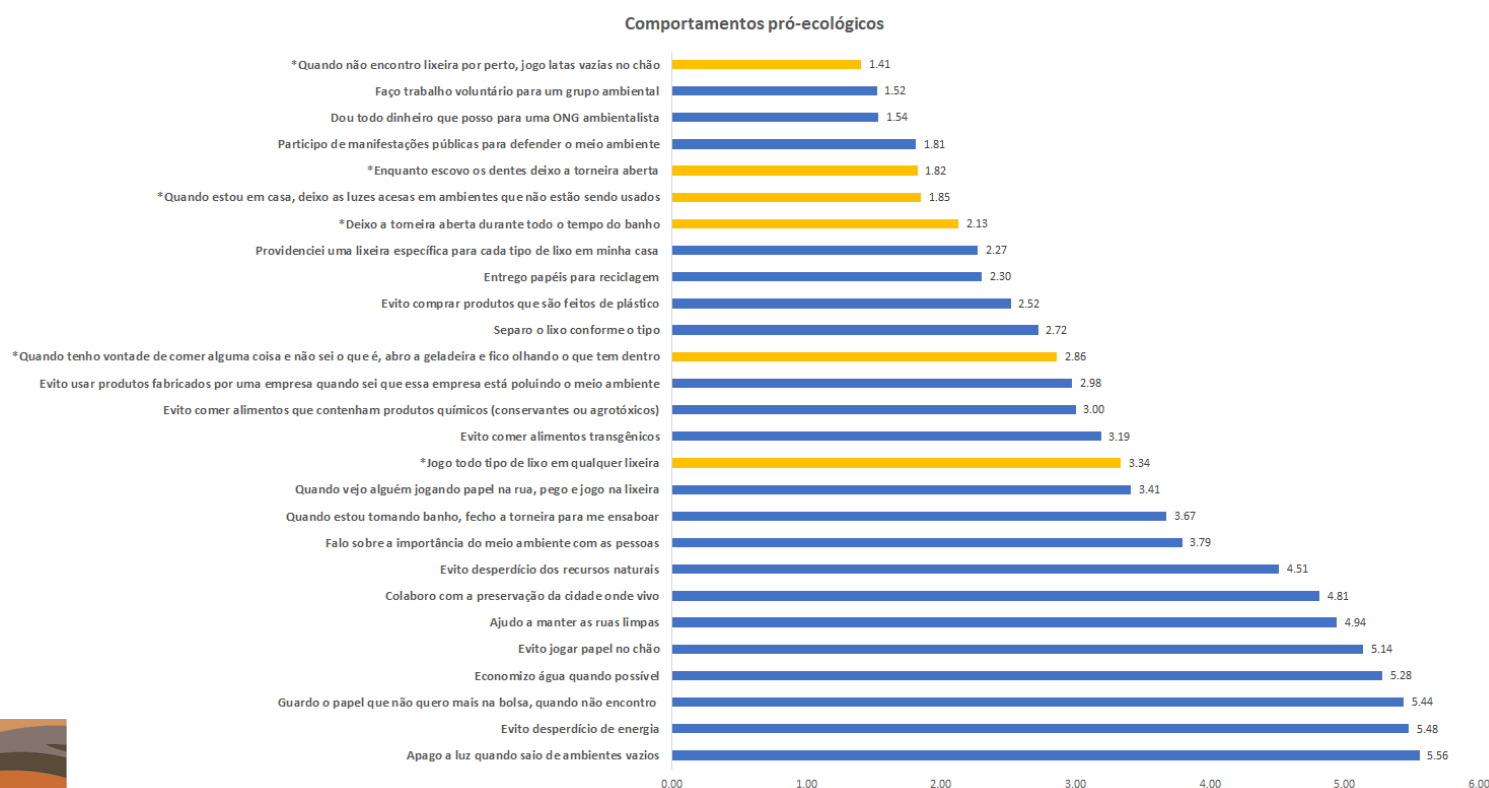
Mackay *et al.* (2019) sustentam que a natureza não precisa ser vista sempre como positiva ou benéfica para os seres humanos sentirem conexão com ela, já que a identificação com a natureza não requer que tudo nela seja sempre prazeroso a partir de uma perspectiva humana. Portanto, embora uma parte dos participantes tenha atribuído descrições negativas àquele ambiente, ainda apresentam respeito pela natureza quando afirmam que a praia possui importância para eles (91,86%).

### 3.2 RESULTADOS DE COMPORTAMENTOS PRÓ-ECOLÓGICOS

Resultados da ECE estão apresentados na Figura 6. Os comportamentos pró-ecológicos mais frequentemente colocados foram relacionados à economia de gastos, como “apago as luzes quando saio de lugares vazios” (média = 5,56), “evito desperdício de energia” (média = 5,48); e o comportamento “guardo o papel que não quero mais na bolsa, quando não encontro uma lixeira por perto” (média = 5,44) também foi bastante mencionado. Esse resultado pode ter relação com a criação de leis relativas a esses comportamentos, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Brasil, 2009), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010) e o novo Código Florestal Brasileiro (Brasil, 2012).

Os comportamentos ecológicos referentes à economia de água e energia (provavelmente relacionados à economia de gastos financeiros), e limpeza urbana, destacaram-se como referências daqueles investigados, ao encontro de resultados de Beuron *et al.* (2012). Outrossim, embora se considere que esses comportamentos pró-ecológicos com maiores médias sejam resultado de alterações sociais pró-ambientais, é importante ressaltar que Batson e Thompson (2001) alertam sobre o que nomearam “hipocrisia moral”. Segundo esses autores, tal comportamento leva participantes de pesquisas a fornecerem respostas socialmente esperadas diante das perguntas apresentadas, sendo mais frequentes em estudos não experimentais que incluam alguma associação com comportamentos morais.

Por outro lado, o comportamento menos praticado, segundo os moradores avaliados da Praia do Perequê, foi associado a: “quando não encontro lixeiras por perto, jogo latas vazias no chão” (média = 1,41) – uma das afirmativas presentes no instrumento que precisa ser invertida, pois representa o oposto do desejado com o instrumento, que é verificar comportamentos em favor do ambiente. Ou seja, é um comportamento que se espera que seja pouco frequente na população porque não é voltado para a preservação ambiental.



**Figura 6** – Resultados da avaliação empregando a Escala de Comportamento Ecológico

Fonte: Elaborada pelos autores.

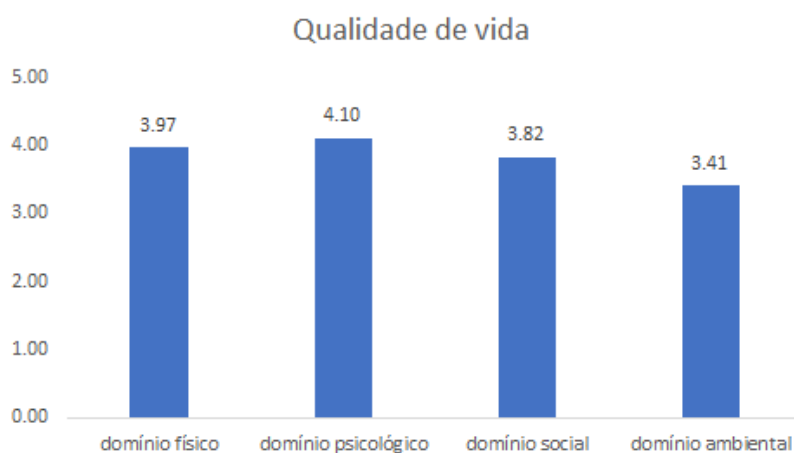
*Nota: \*Comportamentos para serem invertidos na escala representam o oposto do desejado, que é o comportamento voltado para preservação do meio ambiente.*

Já os itens “faço trabalho voluntário para um grupo ambiental” (média = 1,52) e “dou todo dinheiro que possuo para uma ONG ambientalista” (média = 1,54), também entre as menores médias da amostra, fazem parte do rol de comportamentos denominados como “desejabilidade social”, de acordo com Pato e Tamayo (2006). Os autores os incluíram na escala para servirem como parâmetros do que seria o “mais ecológico possível”, mas mesmo eles esperavam que as valorações para esses fossem mais baixas. Curioso notar que, entre os comportamentos ecológicos com valores mais baixos para a amostra, estão aqueles relacionados ao descarte adequado e à reciclagem de lixo – o mesmo lixo que os participantes referenciaram incomodá-los no questionário de percepção ambiental, mas que assumiram não serem descartados adequadamente.

### 3.3 PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Resultados do WHOQOL-bref, nos seus domínios psicológico, social, ambiental e físico, estão apresentados na Figura 7. A Qualidade de Vida teve o maior valor médio (média = 4,10) no domínio psicológico, que inclui questões sobre sentimentos positivos acerca da vida, além de questões sobre autoestima, imagem corporal e aparência, sentimentos negativos, memória e concentração (Fleck *et al.*, 2005). Essas condições psicológicas positivas podem ser associadas à conexão, proximidade e inserção no ambiente daquele bairro, com claras condições restauradoras (Danovaro *et al.*, 2021) – não só a Praia do Perequê, como também espaços verdes – áreas de Mata Atlântica ainda presentes na região.

É consenso que o ambiente interage com a saúde física e mental das pessoas (White *et al.*, 2016). Os mecanismos ambientais ligados à promoção da saúde são a redução do estresse, incentivo a atividades físicas e interações sociais e a qualidade ambiental (Hartig *et al.*, 2014). O estudo de White *et al.* (2016) indicou que indivíduos que viviam perto da costa eram mais saudáveis e mais felizes do que aqueles que viviam no interior, principalmente no caso de populações mais pobres, já que a zona costeira pode oferecer maiores espaços de lazer e de promoção da saúde, de forma gratuita.

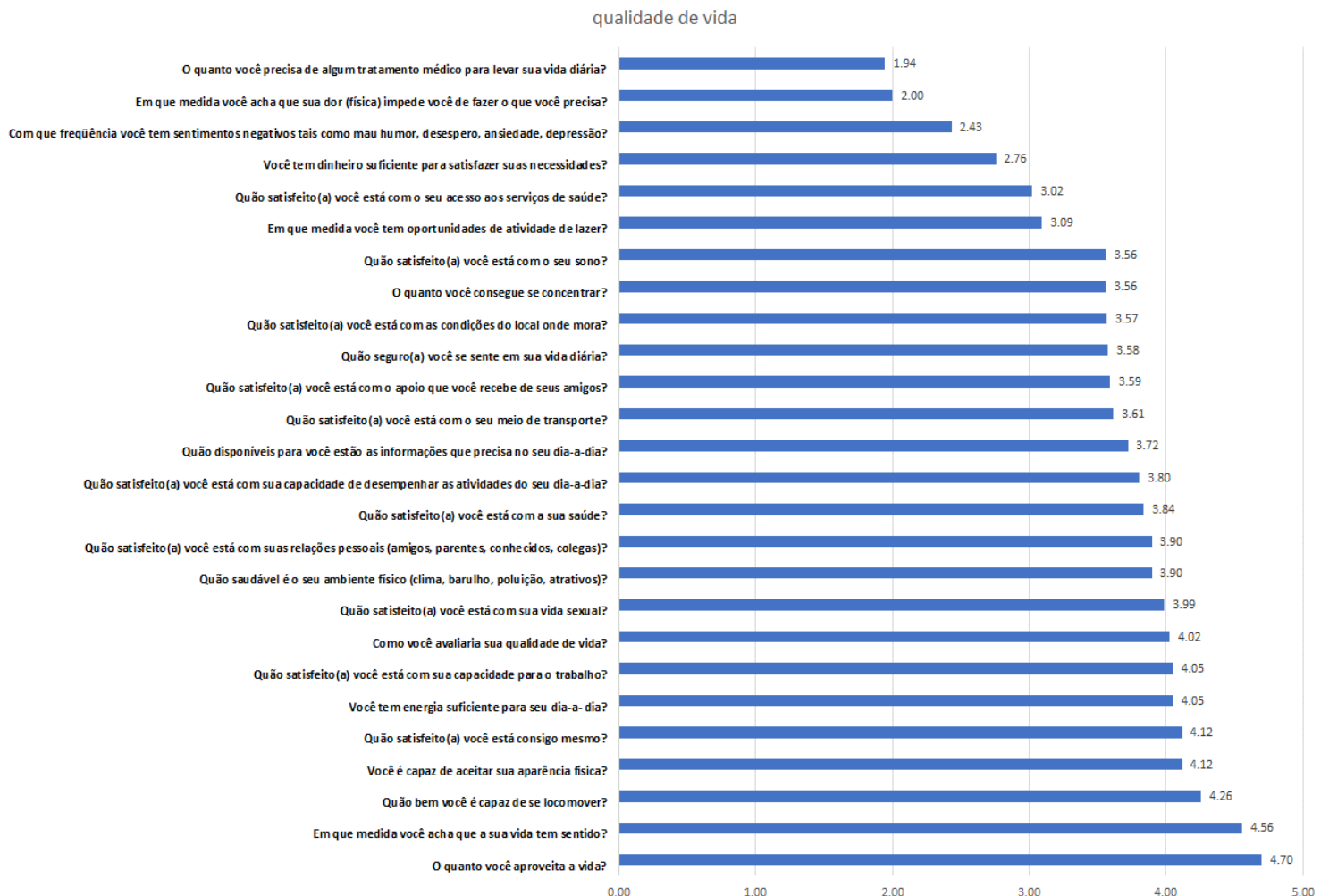


**Figura 7** – Resultados da avaliação sobre qualidade de vida empregando o WHOQOL-bref, nos seus domínios psicológico, social, ambiental e físico

Fonte: Elaborada pelos autores

Por outro lado, a menor média dos quatro domínios avaliados para a Qualidade de Vida dos moradores da Praia do Perequê foi referente ao domínio ambiental (média = 3,41). Esse domínio inclui questões relacionadas à segurança física, ambiente no lar, recursos financeiros, disponibilidade e qualidade de cuidados com saúde e sociais, oportunidade de adquirir novas informações e habilidades, oportunidades de lazer, transporte e ambiente físico (Fleck *et al.*, 2005). No estudo de Oliveira-Monteiro e Silva (2018)

com moradores de manguezais e que também usou o WHOQOL-bref, houve resultados positivos em três dos quatro domínios do instrumento. De forma semelhante aos resultados do presente estudo, foi o domínio ambiental daqueles de manguezais que recebeu a menor valoração (média = 3,24), menor ainda do que a média dos moradores da Praia do Perequê (média = 3,41).



**Figura 8** – Resultados da avaliação sobre qualidade de vida empregando o WHOQOL-bref, detalhando os itens avaliados

Fonte: Elaborada pelos autores

Embora a maioria dos investigados tenha indicado que considerava aquele bairro com características de um ambiente restaurador (conforme resultados do questionário de percepção ambiental), essa menor valoração alcançada no domínio ambiental da Qualidade de Vida também pode estar relacionada à predominância de classe econômica C na amostra. Esse padrão foi também apontado nos resultados do estudo de Gordia *et al.* (2009), em que houve correlações positivas entre classe econômica menos abastada e menor qualidade de vida (medida no domínio ambiental do WHOQOL-bref).

Muitas áreas de moradia no bairro do Perequê são consideradas irregulares, inclusive as que se encontram em “áreas de invasão”, fato relatado por alguns dos participantes. Segundo Sales *et al.* (2006), moradores de ocupações irregulares podem ter uma menor qualidade de vida devido à falta de acesso à infraestrutura adequada.

Os itens do instrumento de Qualidade de Vida que obtiveram as menores médias com os moradores da Praia do Perequê foram sobre recursos financeiros para satisfazer necessidades, oportunidade de realizar

atividades de lazer e satisfação com o acesso aos serviços de saúde (Figura 8). Esses resultados podem indicar que, embora aqueles moradores estivessem satisfeitos com algumas condições associadas à natureza do local onde viviam, e o considerassem com características de ambiente restaurador, não consideravam os recursos financeiros que possuíam suficientes para suprir suas necessidades. Para além de dificuldades econômicas, os moradores da Praia do Perequê não estavam satisfeitos com o acesso aos serviços de saúde disponíveis, o que também se manifestou no questionário de percepção ambiental, com alguns moradores relatando a falta de médicos na unidade de saúde do bairro.

Em pesquisa sobre parques, Camargo *et al.* (2017) sugerem que há uma interação entre características pessoais e ambientais, subjetivas e objetivas, relacionadas a regiões urbanas de parques, condições de saúde e prática de atividade física que contribuem para a percepção de qualidade de vida. Parques são caracterizados como *green spaces*, locais que promovem bem-estar com natureza normalmente verde (Foley; Kistemann, 2015). Por sua vez, a presente pesquisa avaliou indivíduos localizados em *blue spaces*, que são locais com água em sua extensão (como praias, lagos e rios) (Foley; Kistemann, 2015; White et al., 2020).

Como apresentado anteriormente, o item sobre oportunidade de realizar atividades de lazer obteve uma das menores médias (3,09) no WHOQOL-bref, para a amostra do bairro do Perequê (Figura 8). Esse achado aponta para a necessidade de oportunizar publicamente atividades e locais de lazer para aquela população. Cabe ainda mencionar que o fato de habitar perto da água, na praia, é bastante propício para atividades físicas e lazer, o que, por si só, é potencial para promoção do bem-estar humano (Foley; Kistemann, 2015).

## 4 CONCLUSÕES

Voltada para avaliação de condições psicossocioambientais de moradores de um bairro de periferia sociogeográfica de um município de zona costeira paulista que sofre impactos socioambientais pelo turismo e navegação, esta investigação procurou analisar suas autorreferências de percepções ambientais, comportamentos pró-ecológicos e qualidade de vida.

Dentro do recorte do método empregado (pesquisa quantitativa transversal, de autorrelato, com amostra constituída por conveniência), os resultados encontrados circunscrevem-se à percepção dos participantes e ao que eles responderam no momento da coleta. Investigações de autorreferências dessa natureza, em cenários socioambientais como o considerado no estudo, não têm sido apresentadas na literatura, situação que não favoreceu uma discussão mais ampla dos dados numa esfera comparativa. Isso constitui uma limitação do trabalho e, ao mesmo tempo, aponta uma sugestão de realização de outras pesquisas nessa mesma linha.

A percepção ambiental positiva referida pelos investigados relacionou-se às experiências de interação com ambientes de espaços verdes – dos montes próximos ao bairro –, além da interação constante, e praticamente cotidiana, com espaços azuis da praia e dos rios da região. Essa positividade ambiental coexistia com autorreferências de dificuldades daquele ambiente.

Problemas de mobilidade urbana, com transporte deficitário, dificuldades nos atendimentos em saúde pública, convívio com descarte inadequado de lixo são dificuldades que podem ter contribuído para os dados encontrados de negatividade no domínio ambiental na avaliação da qualidade de vida daqueles investigados. Esse conjunto de circunstâncias pode indicar e sugerir políticas públicas voltadas à implementação de estratégias de educação ambiental visando simultaneamente moradores e frequentadores ocasionais, melhoria de transporte e segurança no bairro, melhoria da oferta em equipamentos de saúde e favorecimento de atividades públicas de lazer.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Guarujá (SP) o financiamento da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. R.; SCACHETTI, R. E.; OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R. Autopercepção de qualidade de vida em adultos de uma região litorânea do estado de São Paulo. **Unisanta Law and Social Science**, v. 12, n. 1, p. 269-284, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/lss/article/view/3556>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARAÚJO, F. R. *et al.* Percepções e condutas de universitários frente ao ambiente. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 73141-73156, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-682>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISAS (ABEP). **Critério de Classificação Econômica Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATSON, C. D.; THOMPSON, E. R. Why don't Moral People Act Morally? Motivational considerations. **Current Directions in Psychological Science**, v. 10, n. 2, p.54-57, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8721.00114>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BECKER, M.; FÉLONNEAU, M. L. Pourquoi être pro-environnemental? Une approche socionormative des liens entre valeurs et «pro-environnementalisme». **Pratiques psychologiques**, v. 17, n. 3, p. 237-250, 2011.

BEURON, T. A. *et al.* Relações entre os valores pessoais e os comportamentos ecológicos no contexto da sustentabilidade. **Revista ibero-americana de Ciências Ambientais**, v. 3, n. 2, p. 6-22, 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm). Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Artmed Editora, 2011.

CAMARGO, D. M.; RAMÍREZ, P. C.; FERMINO, R. C. Individual and environmental correlates to quality of life in park users in Colombia. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 14, n. 10, p. 1250, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph14101250>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CASTRO, I. B.; PERINA, F.; FILLMANN, G. Organotin contamination in South American coastal areas. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 184, p. 1781–1799, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10661-011-2078-7>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CASTRO, I. B.; WESTPHAL, E.; FILLMANN, G. Tintas anti-incrustantes de terceira geração: novos biocidas no ambiente aquático. **Química Nova**, v. 34, p. 1021–1031, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/cxZqL77Vv9MYpY6YBRcFVcL/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CORRAL-VERDUGO, V.; PINHEIRO, J. Q. Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 4, p. 7-22, 1999.

DANOVARO, R. *et al.* Marine ecosystem restoration in a changing ocean. **Restoration Ecology**, v. 29, e13432, 2021.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, 2019.

DORIGO, T. A.; LAMANO-FERREIRA, A. P. N. Contribuições da percepção ambiental de frequentadores sobre praças e parques no Brasil (2009-2013): revisão bibliográfica. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 31-45, 2015.

FIELD, A.; MILES, J.; FIELD, Z. **Discovering statistics using R**. Los Angeles: Sage Publications, 2012.

FLECK, M. P. A. *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 178-183, 2000.

FOLEY, R.; KISTEMANN, T. Blue space geographies: enabling health in place. **Health & Place**, v. 35, p. 157-165, 2015.

GORDIA, A. P.; QUADROS, T. M. B. D.; CAMPOS, W. D. Variáveis sociodemográficas como determinantes do domínio meio ambiente da qualidade de vida de adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 2261-2268, 2009.

GRESSLER, S. C.; GÜNTHER, I. D. A. Ambientes restauradores: definição, histórico, abordagens e pesquisas. **Estudos de Psicologia**, v. 18, p. 487-495, 2013.

HARALDSTAD, K. *et al.* A systematic review of quality of life research in medicine and health sciences. **Quality of life Research**, v. 28, p. 2641-2650, 2019.

HARTIG, T. *et al.* Nature and health. **Annual review of public health**, v. 35, p. 207-228, 2014.

HULLEY, S. B. **Delineando a pesquisa clínica**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2014.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT. **Guidelines and Principles for Social Impact Assessment**. Washington: The Interorganizational Committee on Guidelines and Principles for Social Impact Assessment, 1994. Disponível em: [https://www.iaia.org/pdf/IAIAMemberDocuments/Publications/Guidelines\\_Principles/SIA%20Guide.PDF](https://www.iaia.org/pdf/IAIAMemberDocuments/Publications/Guidelines_Principles/SIA%20Guide.PDF). Acesso em: 23 mar. 2024.

LIU, P.; TENG, M.; HAN, C. How does environmental knowledge translate into pro-environmental behaviors?: the mediating role of environmental attitudes and behavioral intentions. **Science of the total environment**, v. 728, p. 138126, 2020.

LUCENA, M. M.; FREIRE, E. M. Percepção ambiental como instrumento de participação social na proposição de área prioritária no semiárido. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 11, n. 1, p. 147-171, 2014.

MACKAY, C. M.; SCHMITT, M. T. Do people who feel connected to nature do more to protect it? A meta-analysis. **Journal of Environmental Psychology**, v. 65, 101323, 2019.

OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R.; SILVA, D. S. Percepções do ambiente, condições psicológicas e de qualidade de vida em habitantes de ocupações irregulares de área de manguezais na Baixada Santista, SP, Brasil. **Sustainability in Debate**, v. 9, n. 3, p. 13-27, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **1st International co-ordinating council of the programme on man and the biosphere (MAB)**. Paris: MAB Report Series, 1971. Disponível em: <http://npshistory.com/publications/mab/unesco-mab-report/1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Declaração sobre o meio ambiente humano**, junho de 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PATO, C. M. L. Valores ecológicos. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. E. **Temas básicos em psicologia ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011.

PATO, C. M. L.; CAMPOS, C. B. D. Comportamento ecológico. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. E. **Temas básicos em psicologia ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011.

PATO, C. M. L.; TAMAYO, Á. A escala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. **Estudos de Psicologia**, v. 11, p. 289-296, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/GS4KQWFrQ8YFhrdDLKQ3kGf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, D. A.; PATO, C. Valores e comportamento ecológico: dimensões para Educação Ambiental em Parques Urbanos. **Ambiente & Educação**, v. 20, n. 2, p. 81-101, 2015.

PEREIRA, S. D. O.; REIS, L. P. C. Contextos de interação e sua inter-relação com o comportamento ecológico. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 14, n. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2017v14n1p117>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PINHEIRO, L. V. S. *et al.* Comportamento, crenças e valores ambientais: uma análise dos fatores que podem influenciar atitudes pró-ambientais de futuros administradores. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 89-104, 2014.

PRATI, L. E. *et al.* Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 21, p. 160-169, 2008.

RODRIGUES, M. L. *et al.* A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 96-110, 2012.

SALES, L. G. L.; SILVA, R. M. M.; CLEMENTINO, M. L. M. **Da natureza natural à natureza social: os caminhos da relação entre sociedade e mangue de Bayeux – PB**. III ENCONTRO DA ANPPAS, Brasília, 3, 2006. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA209-04032006-024459.DOC](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA209-04032006-024459.DOC). Acesso em: 20 jan. 2024.

SHAFIEI, A.; MALEKSAEIDI, H. Pro-environmental behavior of university students: application of protection motivation theory. **Global Ecology and Conservation**, v. 22, e00908, 2020.

TUAN, Y. F. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. **SciELO-EDUEL**, 2012.

WHITE, M. P. *et al.* The 'Blue Gym': What can blue space do for you and what can you do for blue space? **Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom**, v. 96, n. 1, p. 5-12, 2016.

WHITE, M. P. *et al.* Blue space, health and well-being: a narrative overview and synthesis of potential benefits. **Environmental Research**, v. 191, p. 110169, 2020.

WHOQOL GROUP. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social science & medicine**, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.

WHYTE, A. V. **La perception de l'environnement**: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. Unesco, 1978.